

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Minas Class.: 197

Data: 27/09/88 Pg.: \_\_\_\_\_

# Ainda em julgamento os <sup>190</sup> matadores dos xacriabás



Claudomiro Vieira Vidoca



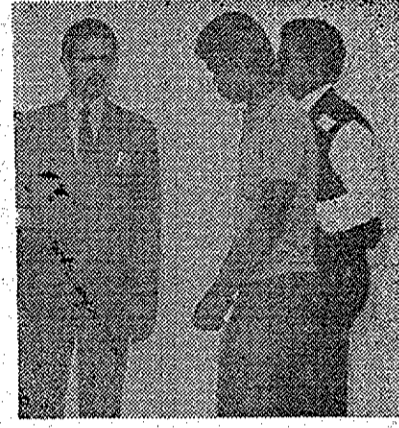
Franciseo Amaro



Germano Gonçalves da Silva



Roberto Freire de Alkimin



Sebastião Oliveira Vidoca

Dentro de um forte esquema de segurança, utilizando 90 agentes da Polícia Federal, teve início às 9h15min de ontem, o primeiro julgamento por genocídio no Brasil. Os cinco réus são acusados da morte de três índios Xacriabá, em 12 de fevereiro do ano passado, durante uma invasão da reserva, situada no Norte de Minas, no Município de Itacarambi.

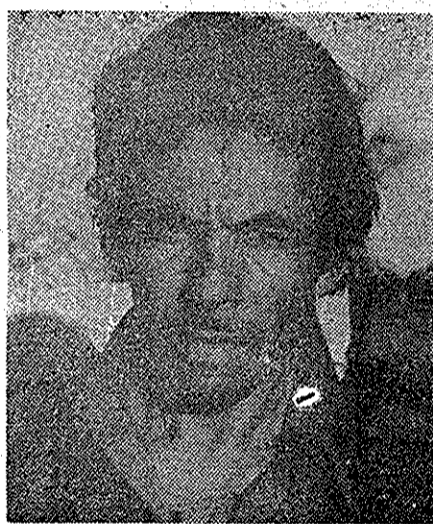
Até as 20 horas de ontem, quatro acusados ouvidos negaram o crime, dizendo que estavam em casa ou mesmo fora do município. Segundo os advogados de defesa, a negativa de autoria de crime é a base de seu trabalho pois não existe consistência de prova.

### Acusados

Os acusados, Francisco de Assis Amaro, 50 anos, Claudomiro de Oliveira Vidoca, 28 anos, seu irmão, Sebastião de Oliveira Vidoca, Roberto Freire de Alkimin e Germano Gonçalves da Silva frisaram desconhecer a existência de índios na região. Para eles os Xacriabás não são índios.

O grileiro Francisco de Assis Amaro apontado como o cabeça do massacre disse ao Juiz Federal, Antônio de Paula Oliveira, que no dia do massacre estava em Janaúba, jogando baralho e para ele, "índios só existem em Goiás". Seu depoimento teve início às 10h50min após a leitura, em voz alta, pelo juiz, de seu depoimento prestado à Polícia Federal. Quanto às inúmeras terras de sua propriedade na região, frisou tê-las comprado mas não disse de quem.

O segundo réu a ser ouvido, Germano Gonçalves da Silva, 36 anos, também negou sua participação no massacre. Apesar de garantir não conhecer qualquer índio na região, Germano é filho de posseiros e nasceu dentro da reserva. Ele não esclareceu quando se ligou a Francisco Amaro. Declarou também ao juiz que, quando estava preso na Polícia Federal, assinou muitos



Rosalino, o cacique chacinado

papéis em branco, preenchidos posteriormente.

Procedendo da mesma forma, outro réu, Roberto Freire de Alkimin, 34 anos, conhecido na região por "Roberto Trinta", negou sua participação, acrescentando que foi informado por um sobrinho do cacique Rosalino, morto durante a invasão noturna de que teria ocorrido a chacina.

### Defesa

Dois pontos chamaram a atenção logo no início do julgamento: os advogados de defesa, Ariosvaldo Campos Pires, Orlando de Oliveira Lima e Augusto Jacó Vargas, pediram a proibição do Juiz para a participação dos advogados da Funai, Humberto Gomes Serafim e Lorelano Aleixo, como assistentes de acusação. O pedido foi rejeitado pelo juiz Antônio de Paula Oliveira.

Ao mesmo tempo em que era re-

gistrado o pedido, os advogados de acusação, e o procurador da República, Carlos Vitor Muzzi, e Décio Fulgêncio, criminalista contratado pela Funai, lembravam que na defesa estava o advogado Orlando de Oliveira Lima, irmão do grileiro Francisco de Assis Amaro, principal acusado.

### Comunidade indígena

Índios das mais diversas tribos brasileiras mandaram representantes. Cinquenta Xacriabá, entre eles, as viúvas do cacique Rosalino Gomes de Oliveira, Anísia Nunes de Oliveira e seus seis filhos, quebraram uma regra do Tribunal que proíbe a entrada de menores de 15 anos.

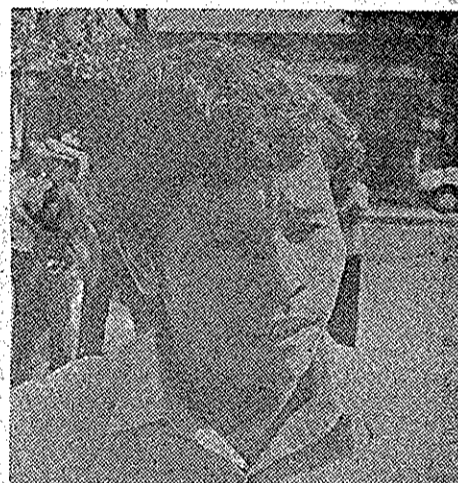
Também a viúva do índio Manoel Fiúza, Pedrelina Ferreira Fiúza, e a mãe do cacique Rosalino acompanhavam atentamente os depoimentos dos acusados. Um pequeno índio, de 13 anos, foi escolhido para sortear os nomes dos jurados.

O atual cacique dos Xacriabá, Manoel Rodrigues, o Rodrigão fez um apelo contundente à imprensa: "é muito importante a condenação dos réus. Se eles forem soltos todos os Xacriabá estarão correndo risco de morte. As ameaças de vingança por parte da família dos assassinos tem aumentado".

A presença do Xavante Jeremias, dos Kamaiurá, Ianakulã do Tikuna, Pedro, do Caiapó, dos Terena, Jorge e Sátiro, ambos assessores do Ministério da Cultura reforçou a unidade indígena.

### Jurados e testemunhas

Seis homens e uma mulher, todos de Belo Horizonte, convocados junto a mais 14 outras pessoas, foram sorteados para julgamento. São eles Ronaldo Geraldo Rolla, Edevar Moreira Ferreira, Alisson Barbosa, Ismar Tadeu Saraiva, Celina Márcia Pires, Onofre Guerra e José Marçal Souza.

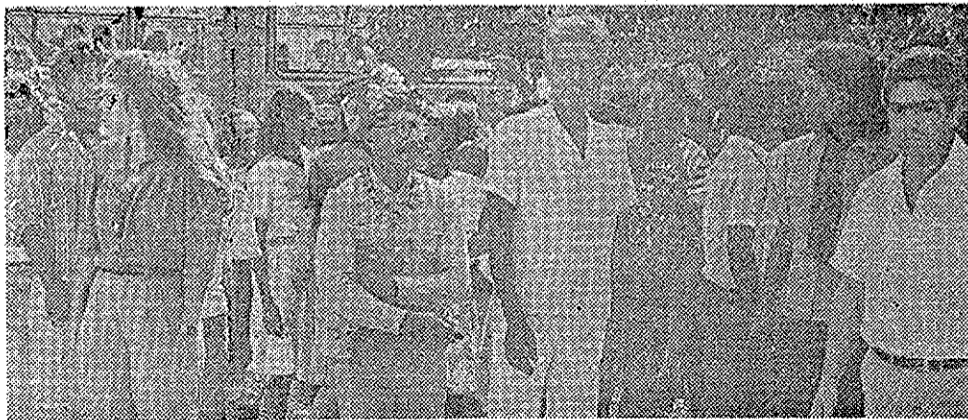


Pedro Tikuna pede justiça para os grileiros assassinos

O trabalho foi extenuante e deverá se estender ainda por mais dois dias. Ontem o julgamento foi aberto às 9h15min e somente às 15h10min, foi suspensa a sessão até às 16h40min, para almoço.

Vinte e oito testemunhas foram apontadas nos autos e prestaram, anteriormente, depoimentos na Polícia Federal. Destas, foram convocadas apenas 16. Onze delas serão ainda ouvidas e cinco não compareceram à sessão de ontem no Primeiro Tribunal do Júri, no Fórum Lafaiete, onde esteve presente o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira.

Texto: Inêz Alves e Paulo Mourão  
Fotos: Juarez Rodrigues



Índios Xacriabá chegam ao Fórum



Filhos dos índios mortos assistem ao julgamento

### ANTROPÓLOGA AFIRMA QUE CRIME FOI DE GENOCÍDIO

A decisão do juiz Federal, Antônio de Paula Oliveira, de desclassificar o crime de genocídio, transformando-o em homicídio qualificado, invasão de domicílio e lesões corporais, não agradou às lideranças indígenas.

Representantes Tikuna protestaram ao falar à imprensa, alegando que, recentemente, 17 membros de sua comunidade foram chacinados, e a classificação só beneficia aos grileiros "que agem covarde e impunemente".

Os advogados da FUNAI tiveram o mesmo parecer. Já os da acusação, procurador da República, Carlos Vitor Muzzi, e criminalista Décio Fulgêncio, vão insistir na classificação de genocídio.

Dentro desta linha, lideranças indígenas e advogados, contam com o apoio da antropóloga da Universidade Federal da Bahia, Maria Hilda Paraíso, que apresentou laudo comprovando a identidade étnica dos Xacriabás. Ela foi contratada

pela Procuradoria Geral da República para atuar na Consultoria.

Representantes do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — FUNAI — Fundação Nacional do Índio — Comitê Torturas Nunca Mais e a própria antropóloga lembram a necessidade de um julgamento isento e justo, que não ceda às pressões do poder econômico pois ainda existem 180 nações indígenas no País, com cultura, religiões e línguas diferentes, com um total de 250

mil índios. Os Xacriabás somam cerca de 4.500, os Tikunas, também chacinados recentemente, chegam a 20 mil e vivem no Amazonas, no Alto Solimões.

Se no tempo do Governo Geral, 1550, a Confederação dos Tamoios reuniu cinco milhões de guerreiros, 400 anos depois, em 1988, restam apenas 250 mil índios no País. A antropóloga Maria Hilda Paraíso pergunta se houve ou não crime de genocídio.